**Luz, câmera, ação! Buscando práticas significativas no Atendimento Pedagógico Domiciliar**

Marco Aurélio Pereira Vasconcelos

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

**Resumo**

O Atendimento Pedagógico Domiciliar é uma modalidade de ensino que tem o compromisso com a manutenção da aprendizagem de estudantes afastados da escola regular por motivo de tratamento de saúde seja no ambiente hospitalar ou em sua residência. Um dos objetivos do atendimento é romper toda e qualquer barreira que impeça os alunos de fazerem parte do processo educativo.

Este estudo pretende esclarecer e tornar visível a oferta desta modalidade de ensino e, assim sendo, traz para o eixo de discussão conhecimentos e orientações sobre o respeito e a valorização dos sujeitos que por algum motivo estejam impedidos de frequentar a escola em algum momento de suas vidas. Estudos de Fonseca (1998), Ceccim (1999, 2010), Fonseca e Ceccim (1999) Albertoni, Goulart e Chiari (2011) Minayo (2014,1994) e as legislações vigentes revelam que a criança ou jovem hospitalizada, independente do período de permanência no hospital ou no ambiente familiar, possui o direito de escolarização garantido pela própria Constituição Brasileira de 1988.

O presente estudo preocupa-se também com a formação dos profissionais envolvidos nesta modalidade de atendimento, suscitando reflexões e ações específicas para assegurar que estes estudantes tenham momentos de uma escolaridade de qualidade, sem perder de vista o currículo escolar previsto para o ano de escolaridade que os mesmos estão inseridos no contexto da escola regular. É imprescindível que se estabeleça uma interlocução entre o Professor de Atendimento Pedagógico Domiciliar e os profissionais da escola onde estes alunos estão devidamente matriculados, para que juntos possam planejar ações que assegurem a estes estudantes o direito de aprender.

Para tanto, o presente estudo possui uma abordagem qualitativa - exploratória trazendo em seu desenvolvimento reflexões sobre a experiência vivida pelo autor, atuando diretamente nesta modalidade de ensino numa escola da rede pública da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (2018-2022) e apresenta fundamentos a partir da análise de obras de alguns autores citados anteriormente em um diálogo com a legislação vigente, buscando contribuir para o incentivo, debates e iniciativas voltadas à garantia do direito à uma educação de qualidade desses estudantes.

O estudo em foco, de cunho qualitativo, poderá contribuir para o aprofundamento das questões voltadas para o acompanhamento pedagógico domiciliar, numa perspectiva reflexiva, suscitando reflexões sobre a importância da formação continuada do profissional que atua diretamente nesta modalidade de ensino.

Como afirmam Lüdke & André (1986, p.25), “a prática da pesquisa qualitativa em Educação implica o desafio de tentar captar a realidade dinâmica e complexa do objeto de estudo”. Pretende-se também contribuir apontando para as possibilidades de as políticas públicas estarem investindo intensamente na formação de professores, inicial e continuada, em um contexto reflexivo que atenda às dimensões e necessidades da realidade da educação brasileira, apontando a importância do atendimento pedagógico domiciliar, para promover o desenvolvimento global e harmonioso da criança, que mesmo estando afastada dos bancos escolares, tenha garantido seus direitos de aprendizagem.

O Atendimento Pedagógico Domiciliar acontece no espaço íntimo da família e, assim sendo, é preciso considerar e respeitar o espaço de que cada família apresenta diferenças relativas a aspectos social, econômico, político, religioso, além de hábitos, crenças e rotina.

Nesse contexto é necessário que o profissional de Atendimento Educacional Especializado conheça a cultura, e os valores morais em que a criança ou jovem a ser atendido e seus familiares estão inseridos.

O Atendimento Pedagógico Domiciliar proporciona o convívio do profissional com a família e a este cabe a clareza de sua função social e seu objetivo naquele espaço, que é a continuidade da escolarização daquele estudante.

A criança no contexto do Atendimento Pedagógico Domiciliar precisa se sentir amada, acolhida, valorizada e respeitada em condições para adquirir autonomia e confiança, desenvolvendo assim uma autoestima positiva acerca de si mesma, o que significa que ela terá mais condições de aprender e desenvolver a sua personalidade.

Segundo Capelatto (2005), a afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa da qual o ser humano faz parte. Surge a partir do momento em que um sujeito se liga ao outro através do amor.

A dimensão afetiva pode ser considerada como a energia vital que impulsiona e conduz o homem no transcorrer de sua existência. A afetividade move o sujeito para que ele possa desempenhar a ação.

Nesse sentido, a afetividade pode ser considerada como a mola propulsora de nossa vida. Ela influencia decisivamente a nossa percepção, a nossa memória, o nosso pensamento, a nossa vontade e as nossas ações, além de ser um componente essencial para a formação e o equilíbrio da personalidade.

Os participantes desta investigação são a aluna Ana Luíza e seus familiares cujos atendimentos realizados iniciaram em fevereiro de 2019. Ana iniciou no Atendimento Pedagógico Domiciliar com 4 anos. É uma menina negra de cabelos cacheados e muito sorridente. Filha caçula e tem três irmãos, sendo um deles com TEA.

No primeiro contato realizou-se uma entrevista com os responsáveis cujo objetivo foi conhecer um pouquinho da história de vida da aluna e os caminhos que a levaram até a escola.

No final da entrevista fui conhecer a residência e os espaços disponíveis para o início do Atendimento Pedagógico Domiciliar. Em seguida, conversei com a menina, conheci seus brinquedos e fomos ali estreitando nossos laços afetivos.

A partir dos dados coletados, das observações e da conversa com a professora da turma onde a aluna estava matriculada iniciei a construção do Plano de Ensino Individualizado – PEI.

A cada encontro uma novidade. Ao me ver chegar era possível ver o brilho nos olhos da menina e a alegria em querer realizar as atividades. Ana corria para seu quarto e colocava o uniforme completo da escola e dizia que já estava pronta para a aula. Iniciávamos sempre com a rodinha, calendário, janelinha do tempo e um planejamento participativo. Eu sempre levava uma

novidade e atividades lúdicas, músicas, fazendo da residência uma verdadeira sala de aula da Educação Infantil.

Não há mais como não levar em conta que a dimensão afetiva faz parte do desenvolvimento humano e que ela é determinante para suas relações com o meio ambiente e sua evolução. Com isso, é preciso que professores que atam no atendimento pedagógico domiciliar repensem não só sua prática docente, mas também suas atitudes e comportamentos perante seus alunos pois eles o terão como referência para toda a vida.

Esta investigação permitiu estabelecer uma relação dialógica com uma modalidade de ensino pouco conhecida, o Atendimento Pedagógico Domiciliar, que atende não apenas o público- alvo da educação inclusiva, como também os alunos doentes ou em algumas situações de

impossibilidade de frequentar as escolas regulares das redes de ensino pública ou particular, de modo que tenham garantidos os direitos à aprendizagem.

A oferta deste atendimento está prevista na legislação federal, o que garante seu status de direito, porém evidenciamos que apesar disso, ainda não é uma realidade experimentada em todos os casos, pela falta de conhecimento da família. Neste sentido, cabe à escola e os hospitais que possuem Atendimento Pedagógico Hospitalar tornar a lei de conhecimento público e assim permitir que o direito seja exigido e atendido.

As vivências experimentadas pelo autor revelam os desafios a serem ainda superados para a continuidade do processo de escolarização, o aprimoramento profissional, tendo em vista que esta modalidade de atendimento carece de ofertas de cursos de formação continuada, a superação da fragmentação dos saberes e o desenvolvimento de diferentes estratégias pedagógicas na mediação da aprendizagem, que acontece em um espaço não escolar.

O ambiente residencial e os sujeitos envolvidos no Atendimento Pedagógico Domiciliar interferem diretamente no desenvolvimento do trabalho, pois foi necessário adequar tanto o espaço físico quanto as relações estabelecidas com os familiares que estavam presentes acompanhando as atividades desenvolvidas.

O vínculo afetivo e a relação dialógica criados com a família e com a aluna atendida foi primordial para o êxito do trabalho desenvolvido.

A formação continuada através dos diferentes cursos oferecidos a distância pelas universidades públicas brasileiras proporcionou ao pesquisador conhecer virtualmente diferentes sujeitos que tinham em comum inquietações que os impulsionaram na busca incessante pelo conhecimento. Perceber que os desafios do encontro da teoria com a prática nos fez repensar o nosso papel enquanto educadores que construímos a todo instante teoria e prática.

Parafraseando Freire (1996) o ato de conhecer é próprio do sujeito, pois somente ele sente e percebe o que está sendo trabalhado. Não existe teoria sem prática, assim como não existe educador que praticando não construa a sua própria teoria. Seguimos a todo instante inventando e reinventando saberes e fazeres para tornar o Atendimento Pedagógico Domiciliar num momento de prazer, de construção e reconstrução de saberes e acima de tudo da criação de um ambiente sadio, alegre onde os direitos de aprendizagem estejam assegurados ao educando que naquele momento se encontra impedido de estar na escola.

O presente estudo aponta também que é de suma importância que todos os atores envolvidos nesta modalidade de ensino participem de pesquisas, debates e de oportunidades de compartilhar seus saberes com todos aqueles que lutam por uma educação de qualidade.

**Palavras Chaves:** prática docente; formação continuada do professor; atendimento pedagógico domiciliar.

**Referências**

ALBERTONI, C. C., Goulart, B. N. G., & Chiari, B. M. (2011). Implantação de Classe Hospitalar em Hospital Público Universitário de São Paulo. Revista Brasileira: Crescimento e Desenvolvimento Humano, 21(2), 362-367.

ALVES-MAZZOTTI, A. & GEWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 20/12/1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores. MEC, 1999.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. / Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP, 2002.

CAPELLATO, Ivan Roberto. Educação com afetividade. SP: Fundação Educar D’ Paschoal, 2005.

CECCIM, R. B. (1999). Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. Revista Pátio, 3(10), 41-44.

DOURADO, L. F. A reforma do estado e as políticas de formação de professores nos anos 90. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001

FONSECA, E. S. Classe Hospitalar e Atendimento Escolar domiciliar: direito de crianças e adolescentes doentes. Revista educação e Políticas em debate,1998.

FREIRE, M. Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I. 2. Ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996. Série Seminários.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

\_\_\_\_\_\_\_. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.